

PGA nº 09.2025.00014516-7

DECISÃO DA SECRETÁRIA-GERAL - MPMS

Este procedimento versa sobre contratação direta visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de persianas com vistas a atender as demandas deste Ministério Público.

O Estudo Técnico Preliminar (fls. 227-260) esmiuça a justificativa da necessidade, expondo que (fl. 228):

Pelo presente estudo técnico preliminar, esta equipe de planejamento objetiva identificar e obter a melhor solução para aumentar a privacidade, controlar a luz natural e artificial, reduzir a visibilidade do interior dos ambientes, proteger os móveis e equipamentos eletrônicos e outros objetos de valor e ampliar o conforto térmico dos usuários das unidades-sedes do Ministério Público Estadual do Mato Grosso do Sul localizados nas sedes das Promotorias de Justiça do interior do Estado, com ênfase na segurança institucional e, ao Plano Estratégico Setorial desta Secretaria de Obras e Engenharia.

Conforme dispõe o inciso I, do art. 23, da Constituição Federal, é dever comum aos entes da Administração Pública de todas as esferas a conservação do patrimônio sob sua jurisdição, uso ou guarda. Nesse contexto, a NBR 16.007[1] a qual especifica os métodos de ensaio e os requisitos que determinam a resistência e a durabilidade para persianas horizontais para uso geral em interiores.

Desse modo se faz necessária a aquisição das persianas, bem como os serviços de instalação em virtude da necessidade substituição de materiais obsoletos e/ou danificados, sem condição de uso, atendendo as demandas das sedes no interior do Estado, conforme solicitações da Secretaria de Obras e Engenharia/PGJ.

Nesse norte, é notório que as atividades funcionais dos Membros e Servidores do Ministério Público são desenvolvidas predominantemente em ambiente interno, havendo assim a possibilidade de controle dos fatores referentes às condições visuais, visando proporcionar o conforto necessário para o sentimento de satisfação das pessoas, de modo a garantir maior disposição e produtividade.

Os autos foram instruídos com: Documento de Formalização da demanda (fls. 86-87), Estudo Técnico Preliminar (última versão - fls. 227-260),

minuta de contrato (fls. 336-356), Termo de Referência (última versão - fls. 362-383), Aviso de Contratação Direta - Dispensa nº 44/2026 (fls. 384-406), relatório de publicação do aviso no portal do MPMS (fl. 407), propostas de preços de empresas interessadas (fls. 410-445), documentos de habilitação da empresa que ofertou a melhor proposta (fls. 446-471), e análise do setor demandante validando a melhor proposta (fls. 473).

O Departamento de Análise e Compras informou às fls. 481-482 que a empresa **Morena Comércio e Serviço Ltda.** apresentou a proposta mais vantajosa em relação aos sete lotes que integram o objeto da futura contratação, correspondentes às Comarcas de Itaporã, Rio Verde de Mato Grosso, Itaquiraí, Rio Brillante, Corumbá, Nova Andradina e Água Clara, totalizando R\$ 52.654,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e cinquenta e quatro reais).

Destacou ainda, que o Aviso de Contratação Direta foi disponibilizado no período de 27.7 a 30.7.2026 e que no corrente exercício financeiro não houve outras contratações diretas, dispensa de licitação, em razão de valor (compra direta), referente ao PDM/CATSER 2531-Instalação/Manutenção - Persianas Verticais/Horizontais - 760- Persianas, para objeto de mesma natureza, observado o entendimento da Instrução Normativa SEGES MGI nº 8, de 23 de março de 2023.

A Secretaria de Finanças constatou a regularidade procedimental do feito, considerando-o apto para a reserva orçamentária (fl. 488), procedendo à emissão dos pré-empenhos para suportarem a futura contratação (fls. 489-494).

Submetida à análise da Assessoria Técnico-Jurídica, esta opinou pela viabilidade jurídica da minuta apresentada, tecendo algumas recomendações (fls. 498-505).

É o relatório.

Apreciando os autos, vislumbram-se regulares os atos administrativos praticados, configurando hipótese de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A demanda em questão tem amparo legal e o procedimento é previsto nos seguintes moldes:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois

reais e onze centavos)¹, no caso de outros serviços e compras;

O valor da contratação está dentro do limite previsto na norma supra, atualizado conforme o Decreto Federal nº 12.807, de 20.12.2025.

Da leitura dos autos, é possível notar que o Departamento de Análise e Compras assevera que: “*não houve outras contratações diretas, dispensa de licitação, em razão de valor (compra direta), referente ao PDM/CATSER 2531- Instalação / Manutenção - Persianas Verticais/Horizontais - 760- Persianas, para objeto de mesma natureza, observado o entendimento da Instrução Normativa SEGES MGI nº 8, de 23 de março de 2023.*” (fls. 481-482).

Entende-se estar delineada a justificativa para a contratação direta, a qual restou validada pelas linhas de defesa desta Instituição.

O Aviso de Contratação Direta – Dispensa nº 44/2026 foi publicado no site oficial do MPMS no período de 27.7.2026 a 30.7.2026 (fl. 407).

Como resultado do procedimento, a melhor proposta (fls. 410-420) foi apresentada pela empresa *Morena Comércio e Serviço Ltda.*, totalizando o valor de R\$ 52.654,00 (cinquenta e dois mil seiscientos e cinquenta e quatro reais).

A despesa comporta previsão no Plano de Contratações Anual - 17/2026, Número da contratação 614/2026, de modo que se encontra alinhada ao planejamento estratégico e objetivos institucionais do MPMS (fl. 243).

Entende-se que os pressupostos para a contratação estão demonstrados, restando evidenciada a necessidade do objeto e a regularidade procedimental, o que afasta o acatamento às recomendações tecidas pela Assessoria Técnico-Jurídica.

Frente à documentação que instrui os autos e tendo como verídicas as informações e justificativas apresentadas pelo setor demandante, entende-se não haver empecilhos ao acolhimento da pretensão.

Por todo o exposto, **AUTORIZO** a dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto à empresa *Morena Comércio e Serviços Ltda.*, e **HOMOLOGO** o certame "Aviso de Contratação Direta – Dispensa nº 44/2026”.

Para tanto, **DETERMINO**:

¹ Valor atualizado consoante Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

1 - A remessa dos autos à Secretaria de Finanças/PGJ para promover a atualização das certidões de habilitação da futura contratada porventura vencidas, bem como para proceder ao empenho de despesa, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

2 - Após, ao Setor de Contratos para formalização do instrumento.

Campo Grande, data da assinatura digital.

LUDMILA DE PAULA CASTRO SILVA

Promotora de Justiça
Secretária-Geral-MPMS
(assinado digitalmente)